



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2024

**ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.312,
DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001, QUE
DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO
CAÍ.**

JÚLIO CÉSAR CAMPANI, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º O §1º do art. 240-B da Lei Municipal nº 2.312, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de São Sebastião do Caí, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 240-B. (...).

§1º A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com a antecedência mínima de dois dias, sob pena de desconto da remuneração correspondente ao período.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,


JÚLIO CÉSAR CAMPANI
Prefeito Municipal.



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,

Nobres Vereadores!

Através do presente Projeto de Lei, o Executivo solicita a autorização desta Câmara para alterar o Estatuto dos Servidores deste Município, no sentido de se estabelecer o prazo de 2 dias para o aviso prévio, em razão da alta rotatividade de contratados neste Município.

Neste sentido, um prazo de aviso prévio de 2 dias se mostra mais adequado à realidade do Município, na medida em que os contratados, ao solicitarem o término do contrato, raramente cumprem com tal prazo, sendo que a municipalidade deve promover, o mais breve possível, a reposição de pessoal para que possa se organizar e prestar os seus serviços de forma mais adequada.

Diante disso, solicito aos Nobres Vereadores que o referido Projeto de Lei seja votado nos termos propostos.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, aos 25 dias do mês de junho de 2024.



JÚLIO CÉSAR CAMPANI
Prefeito Municipal



-Parecer Jurídico-

Parecer n.º 027/2024.

Ref.: Projeto de Lei Complementar n.º 004/2024.

Assunto: Altera a Lei Municipal nº 2.312, de 28 de Dezembro de 2001, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de São Sebastião do Caí.

Iniciativa: Executivo Municipal.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2024 – INICIATIVA DO EXECUTIVO – ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.312, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ.

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Complementar n.º 004/2024, de iniciativa do Poder Executivo, submetido à apreciação desta Casa. Em síntese, o Projeto de Lei Complementar que “altera a lei municipal nº 2.312, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município de São Sebastião do Caí”, estabelecendo um prazo de comunicação, mínima de 02 dias, quanto a extinção do contrato por iniciativa do contratado, em razão da alta rotatividade de contratado no Município.

Art. 240-B. (...).

§1º A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com a antecedência mínima de dois dias, sob pena de desconto da remuneração correspondente ao período.

Em suas sucintas justificativas, aduz que:

Neste sentido, um prazo de aviso prévio de 2 dias se mostra mais adequado à realidade do Município, na medida em que os contratados, ao solicitarem o término do contrato, raramente cumprem com tal prazo, sendo que a municipalidade deve promover, o mais breve possível, a reposição de pessoal para que possa se organizar e prestar os seus serviços de forma mais adequada.



No que tange ao conteúdo do Projeto de Lei Complementar nº 004/2024, destaca-se que o mesmo visa a reposição de pessoal, o mais breve possível, para que possa organizar e prestar os seus serviços de forma adequada.

Instruem o pedido, no que interessa:

(i) Minuta do Projeto n.º 004/2024 e; (ii) Justificativa.

É o breve relato dos fatos. Passamos à análise jurídica.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, cumpre-nos esclarecer que a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante e não substitui as opiniões, palavras e votos dos nobres Vereadores, que são os Representantes do Povo e deverão analisar a questão meritória do projeto.

Posto isto, constata-se que a proposição encontra respaldo no que diz respeito à autonomia e à competência legislativa do Município, insculpida no art. 30 da Constituição Federal, conforme redação:

Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;
(...)

Além disso, quanto à competência do referido Projeto de Lei Complementar, a Lei Orgânica do Município tratou no art. 37, inciso II, como segue:

Art. 37. São da iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:
I - criação e aumento de remuneração de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica;
II - servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (grifo nosso)

O art. 44, V, da LOM estabelece que:

Art. 44. São objeto de lei complementar, dentre outros: (NR) (redação estabelecida pela Emenda à Lei Orgânica nº 008, de 28.11.2023)
(...)
V - o Código ou Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e



Neste mesmo sentido, dispõe o art. 61, inciso II, alínea c, da Constituição Federal, como segue:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

(...)

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

Diante do exposto, conclui-se que o Projeto de Lei Complementar nº 004/2024 está em condições de tramitar, visto que adequada a iniciativa legislativa e acompanhado de justificativa pertinente, cabendo aos Vereadores a análise do seu mérito.

III - DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, observadas as recomendações constantes neste parecer, esta Assessoria Jurídica opina pela regular tramitação do Projeto de Lei Complementar n.º 004/2024. Pra tanto, deve ser submetido à análise da 'Comissão Geral de Pareceres' desta Casa e, posteriormente, à deliberação Plenária.

São Sebastião do Caí, 02 de julho de 2024.

LISIANE DANIELA DE OLIVEIRA

**Assessora Jurídica da Câmara Municipal de São Sebastião
do Caí.**

OAB/RS 118.431.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

COMISSÃO GERAL DE PARECERES

Assunto: Expediente - PLC 004/2024 - CM 121/24

Relator: Dilson Dioclecio Pires

Projeto de lei Complementar do Executivo que altera a Lei Municipal nº 2.312, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de São Sebastião do Caí.

PARECER

Sou de parecer **favorável** à aprovação do projeto de lei.

Em 18 de julho de 2024.

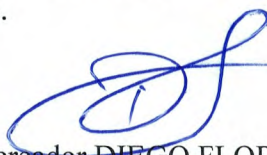


Vereador Dilson Dioclecio Pires
Relator

Voto dos Vereadores Elson Lopes e Diego Flores: de acordo com o relator.

PARECER CONCLUSIVO

A CGP é, por unanimidade, **favorável** à aprovação do projeto de lei.
Em 18 de julho de 2024.



Vereador DIEGO FLORES
Presidente



DILSON DIOCLECIO PIRES



ELSON LOPES